

O MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PIAUÍ: articulações no Fórum Estadual de Economia Popular e Solidária

Por Naira Luan Sousa e Silva* e Francisco Mesquita de Oliveira**

Resumo: o presente artigo resulta de uma pesquisa intitulada: “O movimento de economia solidária no Piauí: uma análise do fórum estadual”. Ele analisa a criação e atuação do Fórum Estadual de Economia Popular e Solidária (FEEPSPI) com apoio nas ideias de Souza (2013), Singer (2002) e Laville (2009). Utiliza-se metodologia qualitativa e três instrumentos de coleta de dados: análise de conteúdo, observação participante e entrevista não estruturada com os participantes do fórum. Os achados indicam que o FEEPSPI é locus privilegiado na construção do movimento da economia solidária no Estado do Piauí, uma vez que é lá onde são definidas as diretrizes de ação dos protagonistas do movimento.

Palavras-chave: Economia solidária. Movimentos sociais. Fóruns. FEEPSPI.

Abstract: this article is the result of a research entitled: “The movement of solidary economy in Piauí: an analysis of State Forum”. Examines the creation and performance of State Forum of Popular and solidary Economy (FEEPSPI) with support in the ideas of Souza (2013), Singer (2002) and Laville (2009). Using qualitative methodology and three data collection tools: content analysis, participant observation and unstructured interview with Forum participants. The findings of the survey indicate that the FEEPSPI is a privileged locus in the construction of the solidary economy movement in the State of Piauí in the Northeast region, since it is there where the guidelines of action of the protagonists of the movement are defined.

Keywords: Solidary economy. Social movements. Forums. FEEPSPI.

1 Introdução

Este artigo analisa o processo de atuação do movimento de economia solidária no estado do Piauí a partir de interações entre os sujeitos sociais dos segmentos dos empreendimentos econômicos solidários (EES), das entidades de apoio e fomento (EAF) e do Poder Público que participam das articulações no Fórum Estadual de Economia Solidária, em Teresina, capital do estado do Piauí; discute também o processo de construção do

movimento de economia solidária no interior do Fórum e as especificidades dos sujeitos sociais coletivos no âmbito da teoria dos movimentos sociais no século XX.

Nesse sentido, o movimento de economia solidária, em contexto mundial, gerou-se em diferentes momentos, num crescente das atividades econômicas do tipo popular do mundo associativo, com marcante natureza reivindicativa e com um

projeto socioeconômico próprio. As articulações dos movimentos sociais, das redes e das organizações da sociedade civil dão forma ao processo multidimensional da economia solidária em âmbito mundial.

No Brasil, no início dos anos de 1980 e final dos anos de 1990, a luta contra o desemprego e a pobreza contribuiu para as experiências associativas de geração de renda em todo o País. Isso aconteceu ora por iniciativa própria dos trabalhadores, ora por meio do fomento de entidades de apoio, como a Cáritas e as universidades públicas (SOUZA, 2013; SINGER, 2002).

Na época das primeiras articulações entre os atores sociais coletivos, o que existia era uma esperança na economia solidária enquanto forma de atividade econômica não capitalista a favor dos pobres. O aspecto reivindicativo e propositivo do fenômeno de economia solidária só se fortaleceu a partir da institucionalização do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que recebeu essa denominação em 2003, durante a realização da II Plenária Nacional de Economia Solidária.

No Piauí, o movimento de economia solidária, mais precisamente na capital, Teresina, conta com importante estrutura no que tange aos canais de participação e controle social, o que de certa forma possibilita ao movimento o uso de estratégias políticas de articulação dos sujeitos e debates acerca das políticas públicas de economia solidária: Fórum Estadual de Economia Popular e Solidária (FEEPSPI), Fórum Municipal de Economia Popular e Solidária de Teresina (FMEPST), Núcleo de Economia Solidária/Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Piauí (NES/SRTE/PI), lei estadual, Conselho Estadual de Economia Solidária (CEES), Fundo Estadual de Fomento ao Desenvolvimento da Economia Solidária.

Além disso, é possível constatar que a construção e a consolidação do movimento de economia solidária acontecem principalmente através das ações dos atores sociais que se articulam no fórum estadual, isso porque desde o ano de 2004 o mesmo fora instituído como braço regional do FBES, ao contrário do CEES, que somente depois de 12 anos de atuação do FEEPSPI começou a dar seus primeiros passos.

O objetivo do artigo é analisar a criação e atuação do FEEPSPI. Para tanto, utilizou-se metodologia qualitativa e três instrumentos de coleta de dados: análise de conteúdo, observação participante e entrevista não estruturada com os participantes do Fórum (cujos nomes nessa pesquisa são fictícios)

com apoio nas ideias de Souza (2013), Singer (2002) e Laville (2009); e está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução e a conclusão. A seção 2 discorre sobre a economia solidária no Piauí, enquanto a seção 3, sobre o FEEPSPI e a quarta seção sobre as articulações, os limites e as possibilidades do Fórum.

2 Economia Solidária no Piauí: considerações iniciais

As pesquisas já realizadas sobre o fenômeno de economia solidária no Piauí concentram-se na discussão do seu estabelecimento enquanto política pública e nos empreendimentos de produção, o que certamente é de muita relevância para o aprofundamento das discussões acadêmicas e da sociedade como um todo em prol da melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores (SILVA, 2012); contudo, nossa ênfase nessa discussão centra-se na articulação dos atores coletivos.

No que diz respeito à constituição do movimento de economia solidária, no que percebemos até aqui, “o processo de organização do movimento social se encontra intimamente articulado com a presença governamental” (SAMPAIO; LIMA, 2015, p. 18). Isso se dá porque, apesar de o movimento social ser constituído pelos EES e pelas EAF não governamentais, o avanço das políticas públicas de economia solidária no estado consolidou um arranjo institucional bastante dependente dos órgãos governamentais. Dessa forma,

Salvo engano, a gênese do movimento em ECOSOL [economia solidária] no estado, enquanto força política organizada, iniciou com a articulação para a constituição do Fórum Estadual de Economia Solidária do Piauí (FEESPI), sendo consolidado com as várias ações desenvolvidas para a realização dos mapeamentos dos empreendimentos em 2005/2007 e 2010/2013 (SAMPAIO; LIMA, 2015, p. 18).

Diante disso, confirma-se que a história do movimento de economia solidária ou consolidação do mesmo, no Piauí, confunde-se com a própria trajetória de institucionalização do FEEPSPI, à medida que este último parece dar forma ao primeiro, no que tange às ações de mobilização política e articulação entre os atores sociais, em diálogo com os órgãos governamentais. Além disso, é no espaço do FEEPSPI que se fortalece o processo articulatório e formativo do movimento no que diz respeito às discussões mais aprofundadas acerca dos princípios da economia solidária enquanto ação coletiva organizada pela sociedade civil.

Em relação ao marco legal, em 2011, foi sancionada a lei estadual n. 6.057, instituindo a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária (PEFES), fato considerado uma conquista da mobilização do movimento articulado no espaço do FEEPSPI, pois foi lá que se constituiu uma comissão responsável pela elaboração da lei, que era composta por 1 representante de EES (GMBPAPI), 3 representantes de uma mesma EAF (Obra Kolping Estadual do Piauí) e 1 representante do Poder Público (SRTE/MTE).

As dificuldades no campo econômico pelas quais passam os EES no Piauí acabam por gerar também dificuldades no sentido da afirmação desses EES, enquanto protagonistas de um movimento reivindicativo e propositivo, que emana da sociedade civil; logo, constatou-se, em campo, pouca capacidade articulatória entre os atores sociais pertencentes aos segmentos de EES e EAF que compõem o movimento de economia solidária.

É certo que importantes conquistas relacionadas ao fortalecimento da economia solidária, principalmente no eixo do marco legal (aprovação da Política Estadual de Economia Solidária - PEES, regulamentação do Fundo Estadual de Fomento ao Desenvolvimento da Economia Solidária, constituição do CEES) foram alcançadas no estado do Piauí; isso mediante atuação e articulação dos sujeitos sociais que participam do FEEPSPI. Entretanto, essas garantias legais não saem do papel para a realidade, como é o caso de tantos outros direitos civis e sociais no cenário brasileiro.

Sob este crivo analítico, percebemos que o fortalecimento do movimento de economia solidária no Piauí está estreitamente ligado ao fortalecimento do FEEPSPI como espaço de protagonismo dos segmentos de EES e EAF no que diz respeito à mobilização social de tais atores.

3 O Fórum Estadual de Economia Popular e Solidária do Piauí

O FEEPSPI foi criado em 13 de fevereiro de 2004; no entanto, só consolidou sua atuação depois do I Encontro Estadual de Economia Solidária, realizado em agosto de 2004, com apoio do FBES SENAES/MTE (FBES, 2014). O FEEPSPI, atualmente, não possui sede própria e recebe suporte de infraestrutura da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), por meio do Núcleo de Economia Solidária (NES). Assim, as questões concernentes ao fórum são tratadas na sala do NES, no terceiro andar da SRTE, localizada na Av. Frei Serafim, em Teresina.

Participaram do momento inicial de composição do FEEPSPI, as seguintes organizações: Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis e Resíduos Sólidos (Ascamares); Cáritas Brasileira, regional do Piauí; Comissão Pastoral da Terra (CPT); Delegacia Regional do Trabalho (DRT-PI); Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Piauí (FETAG-PI); Fundação Padre Ermínio Pegorari; Obra Kolping Estadual do Piauí; Pastoral do Migrante, da Igreja Católica; Secretaria de Assistência Social e Cidadania (Sasc); Rede Cidadã Talher; União das Mulheres Piauienses (UMP); e as empreendedoras Maria dos Remédios e Maria Antônia, a primeira oriunda da cidade de Teresina e a segunda, do município de Parnaíba (FBES, 2014).

Imerso na rede do FBES, o FEEPSPI visa à promoção e ao fortalecimento da economia solidária no Piauí através da articulação entre gestores públicos, entidades de apoio e fomento, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e empreendimentos econômicos solidários. Possuem assento no FEEPSPI, atores sociais coletivos de três segmentos: os EES, as EAF e órgãos públicos (FEEPSPI, 2007).

O FEEPSPI possui um regimento interno elaborado e aprovado por seus membros em janeiro de 2007. Neste regimento, compromete-se a mobilizar as bases da economia solidária, fortalecer e articular a criação de fóruns municipais e microrregionais, fazer interlocuções com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) e outras instâncias governamentais e da sociedade civil organizada. Os princípios que norteiam o funcionamento do FEEPSPI são a transparência no uso dos recursos e nas relações políticas internas e externas, a coerência na escolha das fontes de financiamento, a busca pela equidade nas relações socioeconômicas, de gênero, de geração, de raça e etnia, o respeito pelo meio ambiente e a busca pela valorização da troca alicerçada no comércio justo e solidário (FEEPSPI, 2007).

Constituem-se instâncias representativas do FEEPSPI, a Plenária Estadual, a Coordenação Estadual, a Secretaria Executiva e os Grupos Temáticos de Trabalho. As instâncias máximas deliberativas são as Plenárias e as Conferências Estaduais. O FEEPSPI é administrado pela Coordenação Estadual e pela Secretaria Executiva. A primeira reúne representantes dos três segmentos que compõem o fórum, sendo sete membros ao todo, dos quais quatro são representantes de empreendimentos solidários, dois representam as entidades de apoio e fomento e um é representante

de órgão público; a segunda é constituída por três membros da Coordenação Geral, eleitos em Plenária, responsável pelas atividades de caráter administrativo, como elaboração de relatórios e atas das reuniões. A Plenária Estadual é a instância máxima de decisão do fórum; reúne-se ordinariamente a cada dois anos para eleger a Coordenação Estadual, a Secretaria Executiva e os representantes estaduais na Coordenação Nacional (FEEPSPI, 2007).

O FEEPSPI propõe-se a realizar, anualmente, uma Feira Estadual de Economia Solidária a fim de proporcionar um espaço para a comercialização direta, trocas solidárias, rodadas de negócio dos produtos dos empreendimentos econômicos solidários; além disso, as feiras seriam um espaço ideal para apresentações culturais e artísticas, informação e formação política em economia solidária, articulação de cadeias produtivas e divulgação e consumo de ético, justo e solidário (FEEPSPI, 2007).

O FEEPSPI é mantido com recursos oriundos de órgãos públicos federal, estadual e municipal (apoio técnico, material de consumo, transporte e comunicação) e pode ainda receber dotações de emendas parlamentares, além das contribuições mensais das entidades de apoio e fomento (no valor de 3% do salário mínimo vigente) e dos empreendimentos solidários (no valor de 1,5% do salário mínimo vigente) com assento no fórum (FEEPSPI, 2007).

Em 12 anos de atuação, o FEEPSPI ainda não conseguiu articular a criação de fóruns municipais e microrregionais no estado; sua atuação concentra-se principalmente em fazer interlocuções com a Senaes, com o FBES e com algumas secretarias estaduais que executam projetos conveniados pela Senaes, como a Sasc e a Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo (Setre).

Assim, o FEEPSPI vem promovendo a realização das plenárias estaduais, conferências estaduais, feiras estaduais e territoriais, reuniões ampliadas, reuniões extraordinárias, formação de comissões para o acompanhamento da execução de projetos, participação dos mapeamentos nacionais de 2005/2007 e 2010/2013; enfim, dentre outras ações que visam mobilizar os EES e as EAF para a luta pelo fortalecimento da economia solidária em níveis estadual e nacional.

Até o ano de 2016, possuem assento, no FEEPSPI, 26 EES, 12 EAF e 11 representantes do Poder Público. Dos 26 EES que possuem assento no FEEPSPI, somente 10 atuam em 9 diferentes

municípios: Esperantina, José de Freitas, São Raimundo Nonato, Miguel Alves, São João do Arraial, Itaueira, Ipiranga e Pedro II. Todos os demais, 17 EES, atuam na capital, Teresina; ou seja, dos 149 municípios que possuem ao menos um empreendimento ativo atualmente no Piauí, apenas 10 municípios possuem representações no FEEPSPI.

Dessa forma, se atentarmos para a representatividade do FEEPSPI em relação aos municípios do Piauí, a quantidade deles que possui assentos no fórum estadual está muito distante de um número significativo que estenda sua capilaridade em todo o território do estado. Ao considerarmos os Territórios da Cidadania que compõem o estado do Piauí - Carnaubais, Cocais, Entre Rios, Serra da Capivara, Vale do Canindé e Vale do Guaribas -, verificamos que os EES assentados no FEEPSPI são pertencentes majoritariamente aos territórios Cocais (Esperantina, Pedro II, São João do Arraial) e Entre Rios (José de Freitas, Miguel Alves, Teresina, União e São Pedro). Esse fato se justifica pela proximidade dos municípios com a capital, onde o FEEPSPI concentra suas ações.

Considera-se, entretanto, que as dificuldades financeiras comuns aos EES no Piauí são fatores que limitam a participação dos EES no espaço do fórum estadual, já que o deslocamento dos trabalhadores e trabalhadoras até a capital seria algo muito dispendioso, uma vez que, pelo mapeamento 2010/2013, 62,87% dos EES atuam na zona rural (LIMA; PARADIZO; MONTEIRO, 2015).

Dentre os EES assentados no fórum estadual, 11 deles são grupos compostos apenas por mulheres - Associação de Mulheres Artesãs de Esperantina, Associação de Mulheres Produtoras Rurais na Agricultura Familiar de José de Freitas, Grupo de Mulheres Bordadeiras do Parque Piauí, Grupo de Produção Variados Juntos e Misturados, Brincando de Bonecas, Associação de Mulheres Micro Produtoras do Parque Piauí, Associação de Mistura de Artes, Oportunidade de Renda Solidária, Tecearte's, Grupo de Mulheres Mãos Criativas. Este dado reforça a bandeira de luta pelo reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade, presente na carta de princípios do movimento de economia solidária.

Na composição do segmento dos EES, revela-se também o aspecto da diversidade das atividades econômicas realizadas pelos grupos participantes: desde trabalhadores inseridos numa comunidade terapêutica que trabalham na perspectiva da saúde

mental (Fazenda da Paz); grupos que prestam serviços (apresentações) culturais ou vendem artigos que carregam conceitos da cultura negra (Ponto de Cultura Intercâmbio e Arte, Grupo Cultural Afro Condart); grupo que atua no campo das finanças solidárias, como banco comunitário, o caso do Banco dos Cacaís (São João do Arraial); grupos que trabalham com produtos agroindustrializados, como o Grupo de Apicultura de Itaueira e a Cooperativa Frutos Daqui; ainda grupos de trabalhadores artesãos, como a Associação dos Artesãos de Ipiranga; também comunidades religiosas de matriz espírita, tal qual a Associação Santuário Sagrado Pai João de Aruanda e a Comunidade São Sebastião; e grupos que trabalham com artesanatos e costura variados, feitos por mulheres.

A nosso ver, essa diversidade revela o potencial agregador do FEEPSPI para o movimento de economia solidária. Aquilo que mais se manifesta como elemento comum aos grupos de EES participantes do FEEPSPI é o combate à exclusão social, pois, nesse sentido, a economia solidária se apresenta aos grupos de pessoas historicamente marginalizadas como instrumento de combate à exclusão social, na medida em que se revela uma alternativa para a geração de trabalho e renda, eliminação das desigualdades materiais e promoção da solidariedade humana.

Dessa forma, pode-se constatar que a superação da exclusão social, econômica e cultural tem sido, também para os grupos que compõem o FEEPSPI, o principal motivo da participação dos mesmos nesse espaço de debate popular, quando se analisa o perfil das pessoas que participam dos EES assentados no FEEPSPI; ou seja, os EES são compostos por pessoas em estado de vulnerabilidade social.

Em relação ao segmento das entidades de apoio e fomento, verificou-se a presença marcante da Igreja Católica na forma de suas organizações sociais e pastorais: Obra Kolping Estadual do Piauí, Cáritas Regional do Piauí e Pastoral do Migrante. Dessa forma, constata-se que também no Piauí o movimento de economia solidária encontra apoio e fomento de instituições da Igreja Católica, a qual, desde as décadas de 1970 e 1980, tem-se aproximado dos movimentos sociais no combate à pobreza e na organização, inspirando suas ações pela Teoria da Libertação. Destaca-se, ainda, a importância dessas organizações sociais no processo articulatório de formação do FBES e FEEPSPI.

Ainda sobre as EAF assentadas no fórum estadual, também se revela significativa a atuação de

organizações sindicais, a Fetag e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o que, por sua vez, indica um potencial imanente para a articulação dos trabalhadores, sejam esses do meio rural ou urbano. O peso político dessas instituições do movimento sindical representa, a nosso ver, a possibilidade de empoderamento dos trabalhadores, principalmente no que tange ao processo de formação política dos grupos.

Nesse sentido, a Fetag-PI e a CUT representam as forças do movimento sindical no FEEPSPI. A questão da economia solidária perpassa algumas das principais frentes de luta da Fetag-PI, tais como: política agrícola que incentiva a organização dos trabalhadores rurais em associações e cooperativas; projeto de desenvolvimento sustentável orientado para um tipo de produção que não prejudique o equilíbrio do ecossistema; e perspectiva de não subordinação do trabalho.

A CUT, por sua vez, ao defender os “interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora” (CUT, 2016, n.p.), atua em conjunto com o movimento de economia solidária por meio da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), cuja missão é “promover a constituição, o fortalecimento e a articulação de empreendimentos autogestionários, buscando a geração de trabalho e renda por meio da organização econômica, social e política de trabalhadores inseridos em processos de desenvolvimento sustentável” (CUT, 2016, n.p.). Historicamente, a CUT tem-se apresentado como uma das primeiras e principais animadoras do movimento de economia solidária, quando, no ano de 1994, criou a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogestionárias (Anteag) e, no ano de 1999, criou também a ADS e a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol).

Além das organizações pertencentes à Igreja Católica e ligadas ao movimento sindical, outras organizações participam das articulações no fórum estadual; são elas: a Rede de Educação Cidadã (Recid), que se organiza em coletivos estaduais em todas as unidades federativas do Brasil, atualmente composta por 550 organizações e entidades da sociedade civil, comprometendo-se com o desenvolvimento da economia solidária (RECID, 2016); e a Cootapi & Associados, a Sempre Verde e a Cafepes, que são entidades que atuam apenas em nível estadual, ou seja, prestam assessorias aos empreendimentos locais no estado, geralmente através de serviços relacionados à elaboração de projetos.

Logo, é possível inferir que as EAF inseridas no

FEEPSPI trazem para o fórum questões transversais à temática da economia solidária, relacionadas, principalmente, ao movimento sindical e aos movimentos sociais dos tipos religiosos e urbanos; além de pontuar questões relacionadas ao gênero e à etnia, através do movimento feminista e do movimento negro, respectivamente. Essa articulação entre sujeitos sociais coletivos tão distintos traz a dimensão vinculada às novas orientações culturais e sociais presentes na formação dos novos movimentos sociais, indicada por Touraine (1999); ou seja, o movimento da economia solidária também atua em consonância com a perspectiva de luta contra as polarizações sociais geradas no âmago das desigualdades nas relações econômicas, sociais e culturais, o que Touraine (1999), por sua vez, chama de recomposição do mundo.

Quanto aos representantes do Poder Público, percebe-se que ora estas instituições dão suporte às ações do fórum, ora são executoras de políticas públicas elaboradas na competência da Senaes. Assim, em relação à esfera de atuação, cinco deles pertencem à instância executiva estadual (a Secretaria de Estado do Planejamento, a Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania, a Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário e o Programa de Desenvolvimento do Artesanato do Piauí), dois pertencem à instância executiva federal (Ministério do Trabalho e Emprego, através da SRTE, e a Senaes) e cinco à instância municipal das cidades de Teresina, São Pedro, Piri-piri e Oeiras (Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social de Teresina, Secretaria Municipal de Economia Solidária de Teresina, Prefeitura Municipal de São Pedro, Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social de Piri-piri, Secretaria Municipal de Indústria e Comércio de Oeiras).

Observa-se que a relação entre movimento e Estado é conflituosa. Isso porque, segundo Melucci (2001), quando as demandas coletivas são reconhecidas e tornadas decisões pelos sistemas políticos de representação, instala-se, no centro das ações dos movimentos, a necessidade de participar dos processos de mediação política sem, contudo, identificar-se com ela, ou seja, manter em sua forma organizativa a identidade do próprio movimento. A nosso ver, no caso do movimento de economia solidária no Piauí, existe sempre um risco de comprometimento do grau de autonomia do movimento ou, ainda, pode-se estabelecer uma

relação de dependência onde somente através dos recursos financeiros governamentais o movimento consegue concretizar suas atividades.

A forte presença de diversas instâncias governamentais no FEEPSPI demonstra as variadas interfaces das políticas públicas de economia solidária, ou seja, políticas transversais relacionadas ao mundo do trabalho, segurança alimentar, agricultura familiar, inclusão produtiva, desenvolvimento local e territorial, saúde mental, entre outras. No Piauí, a economia solidária, no sentido de políticas públicas, é conduzida ora na perspectiva da agricultura familiar, ora na dimensão da inclusão produtiva, ora ainda via ação governamental no desenvolvimento local e territorial.

4 As articulações, os limites e as possibilidades do Fórum

Os fóruns e as redes de organizações da sociedade civil vêm sendo considerados importantes formas organizativas dos movimentos sociais contemporâneos (SCHERER-WARREN, 2007); frequentemente, reúnem organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil, além de estabelecer algum tipo de diálogo com o Poder Público (OLIVEIRA, 2003). Dada essa composição, é válido inferir que à medida que reúne essa pluralidade de sujeitos sociais, os fóruns se constituem espaços de participação popular, com um complexo conjunto de jogos de interesses.

No caso do campo de economia solidária, as ações diferenciadas dos sujeitos que protagonizam o movimento de economia solidária nos espaços dos fóruns permitem compreendê-lo como composto por sujeitos heterogêneos que se organizam nacionalmente e de forma autônoma; traço marcante dos novos movimentos sociais, que são geralmente compostos por unidades diversificadas e autônomas organizadas, porém, através de redes de comunicação e intercâmbio que permitem a essas unidades a manutenção da coesão do movimento (MELUCCI, 2001).

No FEEPSPI, além do diálogo que se estabelece entre os três segmentos, a saber, os EES, as EAF e o Poder Público, o fórum estadual também se propõe a concretizar suas ações a partir de articulações com outros sujeitos sociais que venham a contribuir para dar visibilidade ao movimento de economia solidária no Piauí. Na verdade, essa articulação estratégica já é um elemento que se apresenta na própria constituição dos eixos de atuação do FBES e que, portanto, é uma orientação seguida por todos

os fóruns estaduais de economia solidária atuantes no Brasil, uma vez que “estimula a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania [...]” (FBES, 2014, n.p.).

No caso do movimento de economia solidária no Piauí, as alianças estratégicas que marcam a trajetória de atuação do FEEPSPI aconteceram desde o momento de sua constituição, uma vez que, por exemplo, tanto a UMP como a Ascamares declararam apoio à institucionalização do fórum estadual em Teresina.

Para além destas primeiras articulações, por meio das entrevistas, apresentamos como são percebidos o estabelecimento das alianças estratégicas pelos membros do FEEPSPI. Apenas nas entrevistas realizadas com o segmento dos EES e EAF foram realizadas perguntas sobre a questão da articulação do FEEPSPI com outros movimentos sociais ou com outros fóruns e redes.

Quando perguntados se o FEEPSPI realizava algum tipo de articulação com movimentos sociais, as respostas seguiram basicamente três linhas argumentativas: (a) não há uma articulação satisfatória, o movimento de economia solidária é **“um gigante adormecido”** (Carlos, grifo nosso), ou seja, carrega consigo várias bandeiras de luta; no entanto, no Piauí, ainda não vem acontecendo uma articulação satisfatória com outros movimentos sociais. Para outro entrevistado, **“alguns podem até dizer: nós temos aproximação com esse movimento! A gente tem aproximação muito é com as entidades de governo, é com a SACS, é com a prefeitura, houve, mais movimento, não!”** (Aparecida, grifo nosso); (b) sim, existem articulações, porque **“algumas lutas a gente tem compartilhado com o Fórum do Semiárido [...] Fórum do Trabalho Escravo [...] o movimento das mulheres”** (Antônio, grifo nosso); nesse sentido, as articulações aparecem como inerentes às ações do fórum estadual; um dos motivos para tal seria o fato de as mesmas organizações que compõem o FEEPSPI participarem de outros espaços de representação da sociedade civil; (c) sim, ocorrem articulações; isso graças à própria caracterização dos EES e das EAF, os quais trazem consigo as demandas das **“populações urbanas, populações rurais e minorias”** (Diego, grifo nosso).

Referindo-se à frequência com que ocorreram essas respostas, foram na seguinte ordem: 2 entrevistados (um representando o segmento de EAF e outro representando o segmento de EES) seguiram

a primeira linha argumentativa; 4 entrevistados (dos quais 1 representava EAF e os outros 3 representavam EES) construíram suas respostas obedecendo à segunda linha argumentativa; 5 entrevistados (2 representavam EAF e 3 representavam EES) responderam de acordo com a terceira linha argumentativa citada acima.

Percebe-se, portanto, que a resposta mais frequente em relação à articulação do fórum estadual com movimentos sociais apontou para uma articulação, a nosso ver, realizada de maneira mais implícita, já que não mencionaram ações conjuntas tomadas pelo fórum estadual em parceria com movimentos sociais; porém, a articulação, no caso do movimento de economia solidária com outros movimentos sociais, concretiza-se à medida que a prática autogestionária se revela um caminho para a superação de algum tipo de exclusão social para esses grupos de pessoas, as quais percebem na economia solidária a possibilidade de geração de renda através do trabalho coletivo e um retorno aos ideais de solidariedade.

Confirma-se, portanto, o FEEPSPI como um espaço da sociedade civil organizada que luta contra a exclusão social; o que, por sua vez, como indicado por Santana Júnior (2007), é resultante da exacerbação do econômico sobre o social e cultural pelo estímulo a um modelo de prática econômica realizada por trabalhadores em grupo que se desvinculem dos princípios inerentes ao padrão de acumulação capitalista pautado na heterogestão, assalariamento e lucro.

Dada a constatação de que o FEEPSPI é o espaço institucional que vem se apresentando como principal canal intermunicipal de articulação dos sujeitos sociais que se envolvem com a construção do movimento de economia solidária em âmbito estadual, algumas questões relacionadas aos limites e possibilidades do movimento foram apresentadas pelos entrevistados dos segmentos das EAF e dos EES. A seguir, comentamos detalhadamente cada uma delas.

Em primeiro lugar, a formação incipiente dos segmentos que compõem o FEEPSPI aparece como principal preocupação daqueles militantes mais críticos. Nesse sentido, a nosso ver, na medida em que o principal elemento que atrai as pessoas a participarem do fórum estadual é a perspectiva de geração de renda; alguns grupos, e até mesmo empreendedores individuais, aproximam-se do fórum estadual imaginando a possibilidade de obter vantagens financeiras, no sentido de indicação para a participação de projetos ou para se aproximarem

de EAF que, de certa forma, possam dar assistência aos seus empreendimentos. Diante disso, a dimensão sociopolítica do fenômeno da economia solidária fica muito aquém da esperada na construção do mesmo enquanto movimento social político, reivindicativo e antagonista. Em contrapartida, os EES, cujos membros carregam consigo, na sua trajetória, o envolvimento com outros movimentos sociais do tipo urbano, religioso ou de gênero, possuem um arsenal conceitual muito mais significativo para o empoderamento desses grupos. Em contrapartida, não se pode recorrer a uma noção de **interesse desinteressado** para justificar a formação das redes associativas, mas torna-se imprescindível considerar que a motivação da ação social que se volta para a mobilização política carece da criação de vínculos sociais entre atores sociais que se reconheçam enquanto sujeitos políticos.

Em segundo lugar, percebe-se que a falta de apoio do Poder Público aparece frequentemente como fator que limita o fortalecimento do movimento de economia solidária. Outros fatores que parecem relacionar-se com esta falta de apoio seriam a alta rotatividade dos gestores públicos e a inadequação da proposta da economia solidária ao modelo de desenvolvimento econômico apoiado pelo Estado. Ainda sobre esse assunto, é necessário considerar que no Piauí existe um relativo grau de comprometimento da autonomia do movimento de economia solidária, quando se verifica como as ações dos EES e das EAF são encaminhadas com certa dose de dependência das ações do Poder Público.

Em terceiro lugar, apesar dos 12 anos de atuação do FEEPSPI, ainda existem muitos desníveis em relação ao alcance do conceito da economia solidária, o que para alguns entrevistados remete a uma situação de **invisibilidade** do movimento. As dúvidas frequentemente levantadas sobre o conceito revelam a pouca ou insatisfatória divulgação do movimento de economia solidária na sociedade piauiense; e a estranheza que o termo provoca nas pessoas aponta para um debate pouco amplo. A questão da concentração da atuação do FEEPSPI em Teresina e suas proximidades parece ser um fator que tem implicações diretas na invisibilidade do movimento nos municípios mais longínquos da capital.

À luz da teoria da dívida aplicada ao fenômeno da economia solidária por Alain Caillé (2002), existe o interesse que motiva a ação social; portanto, no sentido da dívida, não se pode falar em feitos desinteressados, mas que essas ações geralmente

são motivadas por interesses não instrumentais.

Por outro lado, por meio das entrevistas e da observação participante, é possível indicar alguns fatores na atuação do FEEPSPI como relevantes para a potencialização das ações dos protagonistas do movimento de economia solidária no Piauí; são eles: voluntarismo, transversalidade da temática e penetração recente de redes.

O voluntarismo aponta para uma sensibilização individual de alguns participantes, inclusive dos representantes do Poder Público, e indica um compromisso com a propagação dos princípios da economia solidária, até mesmo nos locais de convivência familiar, nos grupos religiosos ou entre amigos. A nosso ver, a disposição dos sujeitos sociais, motivada por interesses não instrumentais, demonstra o potencial de construção do movimento, na medida em que se apresentam no espaço do FEEPSPI militantes críticos que podem contribuir para o fortalecimento, no sentido de formação política, dos EES, como também para o recrutamento de novos militantes.

A transversalidade da temática é um aspecto inerente ao movimento de economia solidária em âmbito nacional. Embora o movimento de economia solidária se apresente na realidade piauiense de forma ainda tímida, admite-se que a transversalidade da temática nas questões de exclusão social seja relacionada ao gênero, à raça e à etnia, à pobreza ou, ainda, às questões relacionadas à sustentabilidade do meio ambiente que venham a contribuir para legitimar o discurso a favor da economia solidária dando maior visibilidade ao movimento.

5 Conclusão

O movimento de economia solidária comporta, em sua essência, um projeto societário alternativo no qual estão abertos novos horizontes para a experimentação de práticas sociais orientadas por princípios antiutilitaristas, na medida em que se insere na perspectiva dos novos movimentos sociais e organiza-se preferencialmente através de redes de articulação.

No Piauí, o FEEPSPI vem atuando, ao longo dos seus 12 anos de institucionalização, como principal espaço para construção e expressão do movimento de economia solidária, mais especificamente na articulação dos seus protagonistas, os EES e as EAF, além de possibilitar o diálogo destes últimos com os órgãos do Poder Público.

Foi possível perceber alguns elementos na organização e funcionamento do fórum estadual que

apontavam algumas particularidades em relação à organização do movimento de economia solidária no Piauí. Nesse sentido, a articulação dos sujeitos sociais no espaço do FEEPSPI permite aos seus militantes mais críticos a experimentação direta de novos modelos culturais. Entretanto, os aspectos que se apresentam na realidade dos EES no Piauí levam-nos a questionar o grau de comprometimento da autonomia do movimento de economia solidária, ou seja, em que medida as ações do movimento dependem do aparato do Estado para sua concretização. Em relação ao FEEPSPI, a já mencionada ligação do mesmo à estrutura da SRTE/MTE parece acomodar toda a mobilização em prol da economia solidária preferencialmente na capital teresinense, o que, a nosso ver, compromete a expansão do movimento para outros territórios piauienses.

Os principais desafios do movimento de economia solidária, no que diz respeito à sua articulação, residem principalmente na diversidade de demandas típicas dos novos movimentos sociais; isto é, na presença de coletivos heterogêneos provenientes de movimentos sociais diferentes (movimento das mulheres, movimento sindical, movimentos religiosos, movimento negro) que requer do movimento a consolidação de sua unicidade.

Outro importante desafio é a ampliação das ações do FEEPSPI por todo o território piauiense, já que durante seus 12 anos de atuação o fórum concentra suas ações mais precisamente em Teresina e em municípios que estão mais próximos desta. A partir disso, seria possível aproximar os EES da zona rural aos da zona urbana.

Referências

- CAILLÉ, A. Dádiva e associação. In: MARTINS, P. H. (Org.). *A dádiva entre os modernos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - CUT. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/conteudo/historico/>>. Acesso em: 05 jan. 2016.
- FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - FBES. *Histórico*. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=267&Itemid=10>. Acesso em: 03 nov. 2014.
- FÓRUM ESTADUAL DE ECONOMIASOLIDÁRIADO PIAUÍ - FEESPI. *Catálogo Economia Solidária no Piauí*. Teresina: Grafiset, 2007.
- FÓRUM ESTADUAL DE ECONOMIASOLIDÁRIADO PIAUÍ - FEESPI. *Regimento interno*. Teresina, 2015.
- LIMA, S. O.; PARADIZO, R.; MONTEIRO, J. P. R. (Org.). *Economia solidária no Piauí*. Teresina: Edufpi, 2015.
- MELUCCI, A. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- OLIVEIRA, F. M. *Cidadania e cultura política no poder local: o Conselho da Administração Participativa de Camaragibe-PE*.

2003. 194 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

PIAUÍ. Lei n. 6.057, de 17 de janeiro de 2011. Institui a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado do Piauí e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*, Teresina, 17 jan. 2011.

REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ - RECID. *Como nos organizamos*. Disponível em: <<http://recid.redelivre.org.br/como-nos-organizamos-2/>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

SAMPAIO, S. C.; LIMA, S. O. Mapeamentos de empreendimentos econômicos solidários no Piauí. In: LIMA, S. O.; PARADIZO, R.; MONTEIRO, J. P. R. (Org.). *Economia solidária no Piauí*. Teresina: Edufpi, 2015. p. 17-31.

SANTANA JÚNIOR, G. *A economia solidária em face da dinâmica da acumulação capitalista: da subordinação a um novo modo de regulação social?* 2007. 255 f. Tese (Doutorado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SCHERER-WARREN, I. Fóruns e redes da sociedade civil: percepções sobre exclusão social e cidadania. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 19-40, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1254/1199>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

SILVA, N. M. *As garantias constitucionais trabalhistas e a política pública de economia solidária em Teresina-PI*. 2012. 142 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 81-129.

SOUZA, A. R. *Os laços entre igreja, governo e economia solidária*. São Carlos: EdUFSCar, 2013.

TOURAINÉ, A. *Como sair do liberalismo*. Bauru: Edusc, 1999.

*** Bacharel em Administração e mestra em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI), professora substituta no Curso de Administração da UFPI/Campus de Picos.**

**** Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestre em Ciência Política (UFPE), professor no Departamento de Ciências Sociais CCHL/UFPI, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, ambos da UFPI.**